

III

O tema da Ideologia na História
do Pensamento

DESCARTES

1. «(...) muitas vezes, não há tanta perfeição nas obras compostas de muitas peças e feitas pela mão de diversos artífices, como naquelas em que um só trabalhou. Assim, nota-se que os edifícios que um mesmo architecto começou e acabou costumam ser mais belos e melhor ordenados do que aqueles que foram sendo reformados por diversos, que aproveitaram velhas paredes já construídas para outros fins. Assim também essas antigas cidades que, não tendo começado por ser senão vilórias, com o correr dos tempos se tornaram grandes urbes, em comparação dessas praças regulares que um engenheiro inventa numa planície, são geralmente tão mal traçadas, que, embora, tomando os edifícios um a um, frequentemente se encontre neles tanta ou mais arte do que nos das outras, apesar de tudo, vendo a ordenação deles — aqui, um grande, acolá um pequeno — e como tornam as ruas curvas e desiguais, se diria que quem assim os dispôs foi antes o acaso, que a vontade de alguns homens com o uso da razão.

.....

É certo que não se vê deitarem-se abaixo todas as casas de uma cidade com a intenção única de as refazer de outra maneira e de tornar-lhe as ruas mais belas; mas vê-se, sim, que muitos mandam destruir as suas casas para as reconstruir, e que até, por vezes, se vêem obrigados a isso, quando elas estão em perigo de cair por si e quando as fundações não são bem firmes.

E a esta luz eu me persuadi de que nada em verdade mos-

trava que um particular se resolvesse a reformar um Estado mudando tudo nele desde os alicerces e desfazendo-o para de novo o levantar; nem tampouco reformasse o corpo das ciências ou a ordem estabelecida nas escolas para as ensinar; mas que, no que se refere a todas as opiniões que até então eu tinha aceitado como boas, nada melhor eu podia fazer que, uma vez por todas, me decidir a arrancá-las, para pôr depois, no lugar delas, ou outras melhores, ou então as mesmas, uma vez aferidas por mim com a medida da razão.»

(*Discours de la Méthode*, IIª Parte).

2. «Pois foram tais os frutos que daí já colhi, que, embora, nos juízos que de mim próprio faço, sempre me esforce por pender mais para o lado da desconfiança que para o da presunção, e embora, olhando com olhos de filósofo as diversas acções e empresas de todos os homens, quase não há nenhuma que me não pareça vã e inútil, não deixo de sentir extrema satisfação com o progresso que penso ter já feito na investigação da verdade, e de conceber tais esperanças para o futuro, que, se, entre as ocupações dos homens puramente homens, alguma há que seja sólidamente boa e importante, ousou acreditar que é aquela que escolhi.

E todavia pode acontecer que eu esteja enganado; talvez seja apenas um pouco de cobre e de vidro que eu tomo por diamantes. Bem eu sei quanto estamos sujeitos a iludir-nos naquilo que nos diz respeito, e quanto nos devem também ser suspeitos os juízos dos amigos quando nos são favoráveis. Mas estarei à vontade para dar a conhecer neste discurso quais os caminhos que segui, e representar nele a minha vida como num quadro, a fim de que cada qual possa fazer o seu juízo e que, sabendo pela fama corrente as opiniões que se formarem, seja esse um novo meio de me instruir, a acrescentar àqueles de que costume servir-me.

Assim, não é meu desígnio ensinar aqui o método que cada um deve seguir para bem conduzir a sua razão, mas somente fazer ver de que maneira procurei eu conduzir a minha.»

(*Discours de la Méthode*, Iª Parte).

3. «É bom saber alguma coisa dos costumes de diversos povos, a fim de melhor julgarmos os nossos e não pensarmos que tudo aquilo que vai contra a nossa maneira seja ridículo e contrário à razão, como costumam fazer aqueles que não têm visto nada. Mas, quando se gasta tempo de mais a viajar, acaba-se por se ser estrangeiro no seu próprio país; e, quando se é demasiado curioso das coisas que se praticavam nos séculos passados, fica-se, geralmente, em extremo ignorante das que se praticam neste século.»

(*Op. cit.*, Iª Parte).

4. «É verdade que, enquanto eu apenas considerava os costumes dos outros homens, neles não encontrava a bem dizer nada que me pudesse tornar seguro, e que entre eles encontrava quase tanta diversidade como, anteriormente, entre as opiniões dos filósofos. De maneira que o maior proveito que deles tirava era que, vendo muitas coisas que, parecendo-nos embora bem extravagantes e ridículas, não deixam de ser comumente aceites e aprovadas por outros grandes povos, eu aprendia a não dar crédito demasiado firme a nenhuma daquelas coisas de que me tinha persuadido só pelo exemplo e pelo costume; e assim pouco a pouco me ia libertando de muitos erros que podem ofuscar a nossa luz natural e tornar-nos menos capazes de escutar a razão.»

(*Op. cit.*, Iª Parte).

F. BACON

1. «O entendimento humano não é como uma luz crua, mas admite os matizes da vontade e das paixões, os quais determinam o seu próprio sistema, pois o homem está sempre mais disposto a acreditar naquilo que lhe agrada.»

(Cit. por Mannheim, *op. cit.*, pág. 55 n. 4).

*

2. Os ídolos e as falsas noções que deformam o entendimento humano e nele estão profundamente arreigados não somente cercam o espírito dos homens de modo tal que se torna difícil chegar a ele, mas também, mesmo quando se consiga chegar, hão-de perturbar e impedir a instauração das ciências, a não ser que o género humano, prevenido do perigo, se acautele contra eles atentamente.»

(*Novum Organon*, § 38; cit. por Mannheim, *op. cit.*, pág. 55).

*

3. «Há também ídolos formados pelo trato e a companhia dos homens entre si, aos quais chamamos ídolos do *forum*, porque provêm da convivência e associação dos homens uns com os outros; pois os homens conversam por meio da linguagem, mas é pela vontade da maioria que se formam as palavras, e da má e inadequada formação das palavras nasce uma assombrosa obturação da mente.»

(*Op. cit.*, § 43; cit. por Mannheim, *op. cit.*, pág. 55).

*

4. «O entendimento humano, uma vez assente alguma proposição (quer por ser geralmente aceite e crida, quer por proporcionar algum prazer), obriga tudo o mais a prestar-lhe novo apoio e confirmação. E, ainda que existam contundentes e abundantes argumentos contra, apesar de tudo não olha a eles ou despreza-os, ou liberta-se deles e afasta-os por meio de alguma distinção, com violentos e ofensivos preconceitos: tudo, menos sacrificar a auto-ridade da conclusão a que primeiro chegara.»

(*Op. cit.*, § 46; cit. por Mannheim, *op. cit.*, pág. 55).

P.^e ANTÓNIO VIEIRA

«(...) os homens não amam aquilo que cuidam que amam. Porquê? Ou porque o que amam não é o que cuidam; ou porque

amam o que verdadeiramente não há. Quem estima vidros, cuidando que são diamantes, diamantes estima e não vidros (...) Logo, os homens não amam o que cuidam que amam. Donde também se segue que amam o que verdadeiramente não há; porque amam as coisas não como são, senão como as imaginam; e o que se imagina e não é, não o há no mundo.»

(*Do Amor*, págs. 9-10 da ed. de A. Forjaz de Sampaio).

KANT

«Há um desejo que o autor da recensão crítica gostaria de formular, para bem deste autor [Herder] e de qualquer outro espírito filosófico que empreenda uma história universal e geral da humanidade. Eis esse voto: que um cérebro dotado de sentido histórico e crítico os precedesse com os seus trabalhos: alguém que, dentre a massa enorme das descrições de povos ou narrativas de viagens e de todas as informações que nos trazem, segundo se pensa, para a definição da natureza humana, tivesse dado relevo, de preferência, aos dados contraditórios (ajuntando-lhes todavia as reservas em uso, quanto ao crédito que se deva dar a cada narrador), e que os houvesse exposto lado a lado.»

(*La Philosophie de l'Histoire (Opuscles)*, colectânea organizada por Stephane Piobetta e Jean Nabert; pág. 120).

BALMES

1. «Quando conhecemos perfeitamente a verdade, o nosso entendimento assemelha-se a um espelho em que vemos retratados com toda a fidelidade os objectos tais quais são; quando caímos em erro, assemelha-se a um daqueles vidros de ilusão que nos apresentam o que realmente não existe; mas, quando conhecemos só meia verdade, poderia comparar-se a um espelho mal pulido ou colocado em tal disposição, que, embora nos mostre objectos reais, os oferece no entanto alterados, porque lhes modifica as dimensões e a forma.»

(*El Criterio*; nueva edición, Paris, Casa Editorial Garnier Hermanos; págs. 2-3).

*

2. «O bom pensador procura ver nos objectos tudo o que há, mas não mais que aquilo que há. Certos homens têm o talento de ver muito em todas as coisas; mas têm a infelicidade de ver tudo o que não existe e nada do que existe. (...)

Outros sofrem do defeito contrário ; vêem bem, mas pouco; o objecto não se lhes oferece senão por um lado; se este desaparece, já não vêem nada. Estes tendem a ser sentenciosos e teimosos, nos temas que tratam. Parecem-se com os que nunca saíram do seu país: fora do horizonte a que estão acostumados, imaginam que não há mais mundo.

Um entendimento claro, capaz e exacto, abarca o objecto inteiro; olha-o por todos os lados, em todas as relações com o que o rodeia.»

(*Op. cit.*, pág. 3).

*

3. «Se bem observamos, esta passagem do conhecido ao desconhecido não se pode fazer sem que previamente tenhamos alguma ideia, mais ou menos completa, mais ou menos geral, do objecto desconhecido, e sem que, ao mesmo tempo, saibamos que haja entre os dois alguma dependência.»

(*Op. cit.*, pág. 32).

*

4. «Devemos cuidar muito de despojar-nos das nossas ideias e afeições, e guardar-nos de pensar que os outros agirão como nós agiríamos.

Ensina-nos a experiência de cada dia que o homem tende a julgar os outros tomando-se a si por pauta. Daqui nasceram os provérbios: «quem mal não faz, mal não cuida»; e «pensa o ladrão que são todos da sua condição». Esta tendência é um dos maiores obstáculos a encontrar a verdade em tudo o que diz respeito à conduta dos homens; ela expõe frequentemente o virtuoso a ser presa dos laços do malvado; e amiúde dirige contra a provada honradez ou até a acendrada virtude os golpes da maledicência.

A reflexão, ajudada por dolorosos desenganos, cura por vezes este defeito, origem de muitos males particulares e públicos; mas a sua raiz está no entendimento e no coração do homem, e é preciso estar sempre alerta se não se quer que rebentem novos troncos.

A razão de este fenómeno não será difícil de explicar. Na maior parte dos seus raciocínios, o homem procede por analogia. (...)

Esta explicação, tão simples como fundamentada, assinala suficientemente a razão da dificuldade que temos em nos despojarmos das nossas ideias e sentimentos, quando assim o exige o acerto nos juízos que formamos sobre a conduta dos outros. Quem não está habituado a ver outros usos além dos do seu país tem por estranho tudo quanto deles se desvia e, ao deixar pela primeira vez o solo pátrio, surpreende-se a cada novidade que descobre. O mesmo nos acontece na matéria de que estamos a tratar: com ninguém vivemos mais intimamente do que connosco; e até os que menos gostam de concentrar-se têm necessariamente uma consciência muito clara do curso que ordinariamente seguem o seu entendimento e a sua vontade. Apresenta-se-nos um caso, e, não tendo em atenção que aquilo se passa no espírito dos outros, que é como quem diz *em terra estranha*, sentimo-nos naturalmente levados a pensar que lá se há-de dar quase o mesmo que *na nossa pátria* vimos. E, já que comecei a fazer comparações, acrescentarei que, assim como os que viajaram muito se não surpreendem com nenhuma diversidade de costumes e adquirem certo hábito de acomodar-se a tudo sem estranheza nem repugnância, assim os que se dedicaram ao estudo do coração e à observação dos homens são mais hábeis em despojar-se da sua maneira de ver e de sentir, e põem-se mais facilmente na situação dos outros; é como se dissessemos que mudam de traje e de teor de vida e adoptam os ares e as maneiras dos naturais do *novo país*.»

(*Op. cit.*, págs. 47-49).

PROUDHON

1. «Com um sistema, não se pode fazer o que se quiser, ainda que se seja inventor dele; não há nada mais rebelde, mais infle-

xível e por assim dizer mais inteiro. O homem, em virtude do seu livre arbítrio, tem a faculdade de dizer e desdizer-se, de transigir sobre qualquer coisa; pode modificar até ao infinito o seu pensamento, a sua vontade, a sua acção, a sua palavra; a vida do homem não é mais que uma série de transacções com os seus semelhantes e com a natureza. Pelo contrário, uma ideia, uma teoria, um sistema, uma constituição, um pacto, tudo aquilo que da palavra e da lógica recebeu expressão e forma, é uma coisa definida, e por conseguinte definitiva; coisa inviolável, que não se dobra (?), que não se empresta (?), que é possível abandonar por outra, mas não pode adquirir novas propriedades; quer dizer — que não se converterá noutra sem deixar de ser ela própria. É um verbo imutável, absoluto, incorruptível; verbo que, como os gramáticos, poderíamos chamar intransitivo.»

(*Teoria do Movimento Constitucional*, ed. da «Biblioteca Universal», trad. cast. de Gavino Lizarraga; Madrid, 1873; pág. 25).

*

2. «Assim, o ciclo constitucional, tomado no seu conjunto, surge-nos como um sistema ou organismo de ordem superior, composto de sub-organismos ou sistemas inferiores, à maneira como o corpo do animal se compõe de órgãos e de vísceras, a alma de faculdades, o género de espécies. Pode-se comparar a uma imensa engrenagem, na qual, o que hoje chamamos forma ou sistema de governo (monarquia, aristocracia, democracia, etc.), não é mais que uma roda particular, máquina que conduz a sociedade no seu curso. Poderíamos também compará-la ao Sol, que visita sucessivamente os signos do zodíaco, reproduzindo com a sua revolução anual e o seu movimento diurno o sistema das estações, imagem incessantemente renovada da vida universal.

Seja o que for destas comparações, necessariamente defeituosas, de tudo isto se deduz como resultado seguro: que não há em realidade várias espécies de governo, independentes umas das outras, imaginadas pelo capricho ou o génio dos legisladores, e entre as quais cada nação pode escolher segundo a sua conveniência e o seu temperamento. Não é verdade, como Sólon se gabava, que a Constituição dada por ele aos Atenenses fosse a que mais

lhes conviesse: a prova é que muito antes da chegada dos Romanos, e ainda antes do próprio Filipe, a glória de Atenas e a sua liberdade tinham perecido, por força dessa Constituição. Se a sociedade ateniense tivesse existido em nossos dias, colocada noutras condições, sob outras influências, provavelmente teria feito o mesmo que a sociedade francesa nos últimos oitenta anos; teria percorrido o ciclo das Constituições, teria vivido uma vida revolucionária. Teria dado com o seu exemplo uma demonstração mais de que para todos os povos não existe mais que um só e mesmo sistema político, dado necessariamente nos seus elementos e condições, em cuja composição entram todos os diversos governos, como nós os chamamos, mas sistema, cuja verdadeira síntese, por causas que em breve examinaremos, não foi até hoje observada, ou não chegou a realizar-se.

O que assegura a verdade desta síntese, a que o género humano está chamado, o que prova que os pretensos governos, cuja lista demos, não são mais que mutilações ou cortes feitos a essa síntese desde diversos pontos de vista, é que, como a experiência sobejamente o provou, nenhum destes governos oferece garantias sérias de duração, que todos carecem de estabilidade e de equilíbrio, que, submetidos à análise, não apresentam senão contradições; finalmente, que, reunidos num quadro sinóptico, e ordenados segundo a relação dos seus caracteres, aparecem como outras tantas fases de uma grande evolução, em que o Estado oscila e dá voltas, procurando por vezes fixar-se num ponto intermédio, percorrendo outras vezes toda a série com rapidez, e saltando, outras, com violência, a linha ideal que separa os extremos. De modo que o *Ciclo constitucional*, que a lógica nos fez descobrir na forma em que o apresentámos, devemos considerá-lo menos como a expressão exacta e definitiva do sistema social, que como a figura das diversas hipóteses, para não dizer provas e preparações, que não-de conduzir-nos a ele.

O sistema político não só é uno por natureza, unidade demonstrada pela própria variedade das formas governamentais, ou daquilo que costumamos denominar assim, conforme acabo de dizer; mas, mais ainda, este sistema é *necessário*, de uma necessidade contingente, *permanente*, *imutável*. Efectivamente, os seus dados arrancam das condições e elementos da sociedade; e como

esta sociedade, como a humanidade, quaisquer que sejam as fases da sua existência, não muda no conjunto da sua vida fenoménica, pois é imutável no seu ser, da mesma forma que a Terra a que serve de coroa; que a matéria, cujas energias reúne todas em si; que a vida, de que é a mais alta expressão; que o espírito, de que é verbo; que a justiça, enfim, de que é intérprete; — deduz-se que o sistema político que nos rege, quer nas suas fases preparatórias, quer na sua fase terminal, é imutável. Isto não exige longas explicações.

Concebemos *a priori* que, sendo o homem um ser moral e livre, que vive em sociedade e está submetido à justiça, a sociedade não pode deixar de constituir-se uma ordem, ou seja de dar-se um governo.

Tudo isto pode variar até ao infinito, e, por esta razão, entre os dois extremos da autocracia e da democracia podem interpor-se tantos termos médios quantos se queira. Tudo isto, porém, não faz substituir o sistema; não faz mais que confirmá-lo; e o mais que o historiador pode deduzir das variações de um Estado é que a sociedade sofre, que anda em busca de fundamento sólido, que muitas vezes decai, e, não podendo triunfar da sua impotência, morre. De modo que o sistema político, tal como agora o concebemos, é superior a todo o ataque, está livre de todas as empresas loucas do homem, é mais sólido, mais duradouro que a raça e a própria nacionalidade. Podemos em política entregarmo-nos a todas as orgias imagináveis, ensaiar todas as hipóteses, passar do doutrinário à ditadura, e do império à demagogia: nunca sairemos dos «(limites)» prescritos, e — de duas uma — ou perecemos nas nossas insensatas evoluções, ou chegamos àquela última síntese que é a paz e a felicidade dos povos.»

(*op. cit.*, págs. 79-84).

*

3. «O verdadeiro — em qualquer matéria —, o real, o positivo, o praticável, é o que muda, ou pelo menos o que é susceptível de progressão, conciliação, transformação; enquanto que o falso, o fictício, o impossível, o abstracto, é tudo o que se apresenta como fixo, inteiro, completo, inalterável, indefectível, insusceptível de

moderação, conversão, aumento ou diminuição, e que é, por conseguinte, refractário a toda e qualquer combinação superior, a toda a síntese.»

(*Philosophie du Progrès*, pág. 21; cit. por G. Sorel, *Les Illusions du Progrès*, pág. 260).

ALEXANDRE HERCULANO

«Erros, havê-los-á neste volume, bem como nos que se lhe seguirem. O que, porém, posso afirmar com a mão na consciência, é que eles foram involuntários. Tenho fé que não me cegou malevolência para com os estranhos, nem parcialidade pela terra natal. Para o homem sacrificar a longas e áridas investigações, frequentes vezes sem resultado, todas as faculdades do espírito, quase todas as horas da vida, com o intuito de dar ao seu país uma história, senão boa, ao menos sincera, é necessário, creio eu, algum amor da pátria. Cifrei-o nisso tão somente. Convertendo em realidade o meu pensamento, procurei esquecer-me de que sou português, e parece-me tê-lo alcançado. O patriotismo pode inspirar a poesia; pode aviventar o estilo; mas é o péssimo conselheiro do historiador. Quantas vezes, levado de tão mau guia, ele vê os factos através do prisma das preocupações nacionais, e nem sequer suspeita que o mundo se rirá, não só dele, o que pouco importara, mas também da credulidade e ignorância do seu país, o qual desonrou, crendo exaltá-lo! Dos que por má fé assim procedem não falo eu aqui. Esses lisonjeiros das multidões são tão abjectos como os lisonjeiros dos reis, quando os reis eram os dispensadores das reputações e das recompensas.»

(*História de Portugal*, «Advertência», pág. 20 do t. I da 8.^a ed.).

D. PEDRO V

«Antes de esposar uma ideia, é, quanto a mim, uma regra de trivial prudência inquirir até onde ela pode chegar a conduzir-nos.»

(Carta de 7-XI-1858 ao Conde de Lavradio; in *Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio*, com uma Introdução por Ruben Andresen Leitão; pág. 221).

P. BOURGET

«(...) num homem de ideias, há o homem e há as suas ideias. Estas trazem em si consequências lógicas que o homem nunca supôs e que lhe fariam saltar lágrimas de desespero se ele visse o alcance da sua própria obra.»

(*Nouvelles Pages de Critique et de Doctrine*, t. II, pág. 87).

CH. MAURRAS

1. «As ideias não são de ninguém; e são o que são. Desenvolvem-se conforme a sua natureza interior, sem licença dos seus adeptos, e até, por vezes, contra a vontade destes.»

(*L'Ordre et le Désordre*, pág. 31).

*

2. Tínhamos nós razão para esperar esta realização das nossas ideias? Não; não — se se tratasse de saber se os nossos olhos mortais viriam a ter ou não a alegria de ver entrar o princípio — *a França para os Franceses* — na ordem legal de França. Esse prazer de espectador é uma questão de sorte pessoal. Tivemo-la. Podíamos não a ter tido. Que tem isso? Os homens nascem; morrem; um vasto sopro leva irresistivelmente os espíritos, os corações e os corpos. Mas a verdade subsiste.

Espiritual, na Eternidade.

Política, no Tempo. Sim: por todo esse longo tempo que é dado à sequência das gerações de um país.

Quando uma ideia é verdadeira, e quando bebeu na realidade certa uma razão para ser sólida, como poderia ela não triunfar? Os seus próprios inimigos trabalham para a sua realização. Até o Diabo lhe leva a sua pedra. Tudo a serve: as derrotas, as provações, os triunfantes assaltos inimigos, forçados recuos, feridas — graves ou sensíveis —. Nenhum salto da hora, nenhum passo dos anos deixa de a fortificar e de a alimentar; com uma

única condição: que ela conserve a vontade de corresponder às necessidades da vida...»

(*La Seule France*, págs. 187-8).

GEORGES VALOIS

«O nosso pai, *l'homme qui a été*, agia por tradição; e a sua fé, a sua aceitação da lei do trabalho, o seu respeito pela autoridade, podiam ser entravados [«entamés»] e até destruídos por sofismas. O nosso filho, *l'homme qui vient*, agirá da mesma forma, mas sem temer ataque algum da meia-razão, porque, com a sua razão, há-de ter destruído todos os obstáculos que a meia-razão tinha oposto à nossa fé; consciente, não poderá ser desviado, por nenhuma tentativa da falsa ciência, do caminho da salvação.»

(*L'Homme qui vient — Philosophie de l'Autorité*, 2.^a ed., pág. XLII).

LÚCIO DE AZEVEDO

1. «Em nosso país e em todos os países o factor económico tem de ser elemento essencial da história. É ele o que determina sempre a fundação das pátrias, as migrações, e quase sempre as conquistas, guerras, revoluções, conflitos de raça e de crença, todos esses fenómenos inseparáveis do aparecimento e evolução das nacionalidades. E, posto que o elemento psicológico frequentes vezes, na aparência, se lhe sobrepõe, não há dúvida que se gera e desenvolve no ambiente adequado que as condições económicas lhe prepararam. Próximas ou remotas elas predominam, excitando as sociedades à acção colectiva, e ainda em sucessos dos que lhes parecem mais alheios, nos mesmos de fundo místico, como a difusão do islamismo, as cruzadas, o movimento da Reforma, é possível des-cortinar o até onde do seu influxo dependeu chegarem à realização.»

(*Anotações à margem de um capítulo de Alberto Sampaio*, com prefácio de Manuel Múrias; págs. 1-2).

«Sobre as questões mais importantes da realidade, tenho de ter uma opinião, um pensamento acerca delas: de essa opinião, de esse pensamento, dependerão as resoluções que tome a minha conduta; em suma, a minha vida, o meu ser. É preciso, pois, que essas opiniões sejam verdadeiramente minhas; quero dizer, que eu as adote por estar plenamente convencido delas, e isto só é possível se as tiver pensado desde a sua raiz e tiverem surgido em mim trazidas por uma incontestável evidência. Ora bem: esta evidência ninguém pode dar-ma já feita, antes se produz em mim unicamente quando por mim mesmo analiso a questão de que se trate, quando sozinho fico com ela e em face dela formo uma convicção. Ter eu uma opinião sobre uma coisa não é senão saber a que me hei-de ater acerca dela, isto é, fixar a minha posição a respeito da coisa. Várias ideias possíveis me ocorrem sobre uma questão, mas eu tenho de pôr-me de acordo comigo para ver qual delas me convence, qual delas é a minha efectiva opinião. Uma opinião assim forjada por si mesmo e que fundo na minha própria evidência é verdadeiramente minha; contém o que efectiva e autenticamente penso sobre aquele assunto; portanto, ao pensar assim, coincido comigo mesmo, sou eu mesmo. E a série de actos, de conduta, de vida, que essa autêntica opinião gere e motive será autêntica vida minha, será meu autêntico ser. Pensando esse pensamento, vivendo essa vida, o homem está em si mesmo, está ensimesmado. Nem há outro modo de sermos o que efectivamente somos que não seja ensimesmar-nos, isto é, antes de actuar, antes de opinar sobre algo, determo-nos um instante, e, em vez de fazer qualquer coisa ou de pensar a primeira coisa que nos venha à cabeça, pormo-nos rigorosamente de acordo com nós mesmos, isto é, entrarmos em nós mesmos, ficarmos sós connosco e decidirmos que acção ou que opinião, entre as muitas possíveis, é de verdade a nossa. O ensimesmar-se é o contrário do viver atropelado — em que são as coisas do contorno quem decide do nosso fazer, nos arrastam mecânicamente a isto ou àquilo, nos levam a reboque. O homem que é ele mesmo, que está ensimesmado, é o que, como se costuma dizer, está sempre sobre si — portanto, que não se

solta da mão, que não se deixa escapar e não tolera que o seu ser lhe seja alienado, se converta em outro que não seja ele.

O contrário de sermos nós próprios, da autenticidade, de estarmos dentro de nós mesmos, é estarmos fora de nós mesmos, longe de nós, num ser diverso do nosso autêntico ser. A palavra castelhana «otro» vem da latina «alter». Pois bem; o contrário de sermos nós mesmos ou ensimesmar-nos é alterar-nos, atropelar-nos; E o outro que não eu é tudo o que me rodeia: o mundo físico — mas também o mundo dos outros homens, o mundo social. Se permito que as coisas circundantes ou as opiniões dos outros me arrastem, deixo de ser eu mesmo e padeço alteração. O homem alterado e fora de si perdeu a sua autenticidade e vive uma vida falsa.»

(*Esquema de las Crisis y otros ensayos*; ed. da *Rev. de Occidente*, págs. 46-7).

GIOVANNI PAPINI

1. «As selvas das mais ásperas ideologias foram o meu éden — e não havia sequer uma folha verde! O sol ofuscante da celeste unidade caía como chumbo sobre a minha cabeça já esquentada de sangue e de raciocínios; feria os meus olhos embaciados e cerrava-os à força de luz.»

(*Um Homem Liquidado*, trad. de Alberto de Moraes, pág. 202).

*

2. «Eu procurava a acção, o fazer, o mudar — a realidade de hoje, no devir, para a realidade de amanhã — e tu [filosofia] só me davas a contemplação inútil, a calma dos absolutos, ou a febre fadigosa das galopadas impacientes para uma meta sem fundo.

A filosofia tinha sido conhecimento (contemplação) e rebusca do universal (unidade).

Em vez disso eu queria acção (mudança, criação) e portanto

a realidade (realidade imediata, concreta: o particular). Eu revirava de alto a baixo o conceito milenário da filosofia; rompia com a tradição, regressava à pré-filosofia. E julgava assim fazer bem à filosofia dos filósofos.

É preciso mudar as almas. Isto é, *fazer* qualquer coisa, agir, transformar — não já somente conhecer, descrever, contemplar.

Também por este caminho voltava ao meu sonho fixo de revolucionário espiritual: mudar os homens, mudar os intelectos. Mas não queria mudar apenas os espíritos, senão também as coisas. Assim: mudar os espíritos para que pudessem cada vez mais rapidamente mudar as coisas.

Homem de teoria, não podia esquecer os teóricos. A eles especialmente me dirigia no meu pensamento, a fim de os ter por companheiros na *grande obra*. Por meio da arte teria acordado em sobressalto os sensíveis; por meio da teoria queria iniciar e arrebatado os intelectuais. Para tal escopo ninguém podia ficar de fora: eu não deveria desprezar ninguém. O mito e a intuição, a imagem e o conceito deviam igualmente servir-me. Todas as formas do espírito para a sublimação do espírito — todos os instintos e os poderes dos homens para a criação do homem novo.»

(*ibidem*, 203, 204, 205, 207).

MUSSOLINI

1. «Eu o vejo desde agora — não apenas com os olhos da imaginação mas em realidade sob a luz fatal e lógica dos factos; eu o vejo, este povo italiano, enquadrado nas suas formações políticas, enquadrado nas organizações sindicais e corporativas, marchar com decisão ao encontro das suas responsabilidades, na harmonia da Nação.»

(*Éd. définitive des Oeuvres complètes de B. M.*, vol. X, pág. 46).

2. «O futuro pertence-nos; está firme nas nossas mãos, pois resultará da nossa coragem e da nossa inextinguível vontade de vida e de vitória.»

(X 47).

3. «A Revolução fascista, no domínio político, avançou já muito. Mas falta muito a fazer. Para alguma coisa foi que nós introduzimos nos vossos espíritos a ideia de Revolução, forma eterna de conquista.»

(X 115).

4. «Pois bem. Nós afirmamos que só Deus pode fazer vergar a vontade fascista. Os homens e as coisas, nunca!»

(X 140).

5. «Temos contra nós a natureza, as coisas, e além disso o cepticismo, a inércia mental, a cobardia moral daqueles que, antes de começarem o combate, querem estar matematicamente certos de alcançar a vitória, ao passo que para nós, fascistas, mais ainda que a vitória, o que importa é o combate, pois, quando é travado com vontade confiante, não pode deixar de ser coroado de êxito.»

(X 142).

6. «Não foi sempre o combate o último fim da nossa esperança? E a característica mesma do temperamento fascista não será preferir os riscos de uma vida heróica à tranquilidade de uma existência estúpida?»

(X 182).

7. «Desde há longos meses, a roda do destino, sob o impulso da nossa calma decisão, inclina-se para o nosso objectivo: nesta hora, o seu ritmo é mais rápido. Ela não pode, não poderá já parar.»

(X 202).

A. PIMENTA

«Há dois processos de fazer história: o processo subjectivo — aquele em que nós contamos os factos e os apreciamos segundo um nosso modo de ver prévio; e o processo objectivo em que expomos os acontecimentos, independentemente de qualquer apreciação clara ou disfarçada. A primeira é a história-romance; a segunda seria a história-ciência, se pudesse haver história que fosse ciência.

O processo subjectivo tem como elemento essencial o *critério individual* do historiador; o processo objectivo tem como elemento principal o *documento* seja ele de que natureza for. Dentro do primeiro processo, o historiador é um *crítico*; dentro do segundo, é um *analista*. O primeiro trabalha para chegar a uma conclusão; o segundo chega à conclusão a que o seu trabalho levar. O primeiro retoca, compõe, deforma os elementos objectivos; o segundo aceita-os como eles são.

Se eu fosse historiador, enfileiraria dentro dos segundos — com uma reserva apenas que considero dogmática: a de bem servir a minha Pátria. A ciência não tem fronteiras, é certo; mas a história não é uma ciência. E que o fosse, teria fronteiras, essa ciência.

A verdade é a verdade? É. Mas a verdade, fora da Revelação, não existe. Se tenho de tomar uma verdade relativa, adopto a verdade que serve a minha Pátria e não a que pode prejudicá-la ou diminuí-la. Por isso, tenho para mim, sinto-o e proclamo-o que a minha Pátria é a mais bela, a mais nobre, a maior de todas as Pátrias, e que são estas que devem servir a minha, e não a minha que deve servir as dos outros.

A batalha de Aljubarrota contada pela História de Portugal é uma; a mesma batalha contada pela história de Castela é outra. Qual delas é a verdadeira? No mundo das transcendências, se calhar, nem uma nem outra; mas como eu vivo neste mundo, não hesito: a verdadeira é a dos portugueses, porque nos exalta, e nos distende os nervos em estímulos de heroísmo. Numa palavra: em história de Portugal, é verdadeiro tudo quanto glorifique a Nação portuguesa; é falso tudo quanto a deprima, a diminua, a enerve e a enxovalhe.

Por isso, eu, historiador, se fosse historiador, seria um historiador objectivo com a reserva acima indicada.»

(«Filosofia da História», *apud Novos Estudos Filosóficos e Críticos*, págs. 106-7).

LEGAZ Y LACAMBRA

«O que não existe na Idade Média é o *espírito do capitalismo burguês*. Não é precisamente o capitalismo que falta, pois este é um fenómeno de todos os tempos e lugares. Mas a Idade Média possui um espírito económico a que se pode chamar tradicionalista, cuja «teoria» encontramos exposta nos citados passos de S. Tomás. O espírito tradicionalista é o espírito de moderação, ao contrário do espírito do capitalismo burguês, que implica a racionalização e santificação do lucro incessante; e ao contrário, também, do «capitalismo aventureiro», o capitalismo comercial, financeiro e especulador, o de todos os tempos e lugares, e cujo representante típico é o judeu.»

(*Estudios de Doctrina Juridica y Social*, pág. 37).

JOÃO AMEAL

«Duas ideias basilares, duas vontades, duas *místicas*, reparam, à nossa volta, a gente moça. Dum lado e do outro, igual força de ânimo: a resolução implacável de vencer ou morrer. No meio, os indecisos e os cobardes — míseros sobreviventes, frágeis espectros que ondulam sobre a «terra de ninguém»...

«O belo quadro oferecido por esta viril definição de campos dá à nossa época a sua marca de nobreza.»

(*Rumo da Juventude*, págs. 17-18).

EDUARDO DE SOVERAL

1. Entendo por ideologia um sistema de crenças, valores e ideias gerais, referenciado à problemática social mais viva em determinado momento histórico e suficientemente carregado de força

emocional e dinamismo para poder determinar um movimento de expansão.»

2. «(...) as várias concepções gerais sobre o homem e a vida, longe de se circunscreverem ao plano privado, por maior que seja a amplitude dada a este para o efeito, — logo se transformam em ideologias e se reinserem no plano da Política sob a forma de partidos.»

3. «O partido político começa por colocar em plano meramente voluntarista concepções que, muito embora radiquem, basicamente, em actos de crença, transcendem o plano da mera subjectividade individual para se inserirem num pensamento socializado, de formação histórica. Quer dizer: o simples facto de submeter a sufrágio um sistema de crenças é suficiente para lhe alterar a estrutura projectando no plano da opinião o que, até aí, era domínio da convicção.»

(Unidade Política e Unidade Ideológica, in Cidade Nova; 1959).

IV

Crítica da mentalidade ideológica